

Ed83

Educação física escolar: ser... ou não ter? / Vilma L. Nista Piccolo,
org. — Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
(Série Pesquisas)

1. Educação física. 2. Educação física para crianças. 3. Movimento
— Educação. I. Piccolo, Vilma L. Nista. II. Título.

20.CDD-796.07
-796.019 22
-613.7

ISBN 85-268-0250-X

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Educação física 796.07
2. Educação física para crianças 796.019 22
3. Movimento — Educação 613.7

Série Pesquisas

Copyright © by Vilma L. Nista Piccolo

Coordenação Editorial
Carmen Sílvia Palma

Editoração
Niuta Maria Fernandes

Revisão
Vanila Aparecida da Silva
Alzira Dias Sterque

Fotocomposição
Heibética Editorial

Capa
Vlad Camargo

1993
Editora da Unicamp
Rua Cecílio Feltrin, 253
Cidade Universitária — Barão Geraldo
CEP 13084-110 — Campinas — SP — Brasil
Tel.: (0192) 39.3720
Fax: (0192) 39.3157

PREFÁCIO

Prefaciando uma obra desta envergadura de princípios é uma missão um tanto quanto agradável e gratificante, mesmo que carregada de enorme responsabilidade.

Entendo que os textos que compõem esta coletânea representam, num primeiro plano, o resultado de uma das diferentes linhas de pesquisa hoje existente na Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, que apesar de ter sido criada com o objetivo principal de desenvolver o curso de graduação com habilitação em Bacharelado nas modalidades consideradas prioritárias para propiciar a caracterização da área enquanto ciência, não deixou nunca de preocupar-se em buscar desenvolver a formação que vem sendo oferecida aos ainda denominados professores de Educação Física através da graduação em Licenciatura. Por outro lado, percebo que re-presentam, também, o esforço de um grupo de docentes pertencentes ao curso de especialização "Educação Motora na Escola", pela busca de caminhos que auxiliem e que essa área consiga sair da crise de elaboração crítica em que se encontra.

No momento de crise em que a Educação Física brasileira se encontra, problema geral do Ensino Superior, atingindo praticamente todas as áreas acadêmicas, poder-se-á constatar a intencionalidade da proposta do grupo ao contrair a enorme variedade de abordagens sobre Educação Física, que tanto tem dificultado o estabelecimento dos seus objetivos. Nessas condições certamente poderá haver a descoberta de uma identidade de que tanto carece.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA ABORDAGEM CULTURAL

Jocimar Daolio

Não deve ser novidade para mais ninguém o componente biológico que influenciou sobremaneira a Educação Física brasileira e que até hoje ainda se faz sentir de forma explícita ou implicitamente. O grande contingente de médicos que ainda dirige Faculdades de Educação Física ou ministram aulas nesses cursos é significativo. A ênfase na aptidão é um reflexo dessa visão organicista. Podemos citar, ainda, a obrigatoriedade quase unânime do exame médico antes do desenvolvimento das aulas de Educação Física nas escolas.

Se focarmos nossa atenção para o tipo de aula que os professores ministram veremos a tendência da biologização, naturalização e universalização do corpo humano. Essa compreensão do corpo justifica programas que tendem a homogeneizar o grupo de alunos. O raciocínio é simples: se o corpo é um conjunto de ossos, músculos e articulações, todos os corpos são iguais, por possuírem os mesmos componentes. Portanto, a mesma atividade serve para todos os alunos em qualquer lugar e em qualquer época. Todos os alunos devem correr o mesmo número de voltas, saltar a mesma altura, nadar a mesma distância, enfim, se comportar corporalmente do mesmo jeito a despeito das diferenças físicas existentes entre eles. Se o professor percebe que os corpos diferem entre si, a explicação se dá em função da natureza do corpo: existem corpos naturalmente melhores, mais fortes, mais capazes e existem corpos naturalmente piores, mais fracos e menos capazes.

Não pretendemos neste trabalho uma discussão mais aprofundada a respeito das causas dessa biologização da Educação Física brasileira. Alguns trabalhos históricos recentes deram conta desta tarefa (Betti, 1988; Castelani Filho, 1988; Soares, 1990). Entretanto, algumas considerações são pertinentes. Após a proclamação da independência, 1822, houve a necessidade de construção de um "novo" homem brasileiro, que não seria o negro, nem o português, mas um homem nacional que respondesse pela tarefa de autonomia crescente que a nova nação ansiava. Assim, foi que a partir de meados do século XIX a elite dominante começou a se preocupar com a educação do brasileiro, educação esta que englobava o âmbito intelectual, higiênico, moral e físico. A delegação dessa responsabilidade caiu nas mãos dos médicos higienistas que passaram a ser os donos do saber em relação ao comportamento do indivíduo brasileiro. Toda a produção literária dessa época referente à prática da atividade física e aos cuidados com o corpo foi produzida por médicos. A intenção destes profissionais não era tão somente a mudança de hábitos do povo brasileiro. O que se pretendia era a eugenia da raça, melhoria do padrão orgânico de todo o povo. Daí a preocupação com a mulher, a fim de que ela pudesse gerar filhos mais saudáveis e robustos. Fica evidente, também, a influência dos militares neste projeto eugênico, já que a segurança nacional deveria estar em mãos de homens fortes e capazes.

Assim, a Educação Física vem sendo utilizada há cerca de 150 anos com finalidades biológicas. No célebre parecer de Rui Barbosa, em 1882, onde ele defende a implantação da Educação Física nas escolas, o caráter higiênico e eugênico está presente. Avancando um pouco na história, também se observa a utilização da Educação Física no governo ditatorial de Getúlio Vargas, com finalidade de fortalecimento do homem brasileiro, a fim de atender as necessidades de segurança da pátria e suprir a carência de mão-de-obra especializada na indústria nacional, que começava a ser implantada. Na história brasileira mais recente, podemos lembrar o objetivo em desenvolver a aptidão física. Estimulada pelo governo militar, a função da Educação Física passou a ser a de descobrir e preparar futuros talentos esportivos, que pudessem obter medalhas em grandes competições nacionais.

Interessa-nos mais especificamente, neste trabalho, a proposta de um contraponto possível à ênfase biológica que até hoje assola a Educação Física. Estamos chamando esse enfoque de abordagem

cultural, que acreditamos ter por vantagem principal a não exclusão do caráter biológico, mas a sua discussão vinculada ao surgimento da cultura ao longo da evolução dos primatas até culminar com o aparecimento do "Homo sapiens".

Até há algumas décadas acreditava-se, quando se discutia a evolução humana, na teoria do Ponto Crítico. Neste enfoque teria havido um determinado momento na evolução em que o cérebro do macaco ganhou um volume e um desenvolvimento tal que propiciou o início da produção da cultura. Este ponto crítico seria o responsável pelo salto do macaco ao homem, em outras palavras, do natural para o cultural. Aquém do ponto crítico ficaria o caráter biológico, natural, instintivo; além deste ponto estaria a cultura humana.

Hoje não se aceita mais a teoria do Ponto Crítico para explicar a evolução humana. Acredita-se que houve um período de superposição entre o desenvolvimento cerebral e o desenvolvimento socio-cultural. De fato, um simples aumento do número de neurônios parece não garantir, por si só, uma atuação cerebral desenvolvida. Geertz (1978) sustenta que a capacidade mental, durante sua evolução, foi permitindo certas atitudes culturais como a utilização de ferramentas, o convívio social, o início da linguagem, que determinam a evolução final do cérebro humano. Dessa forma a cultura, mais do que consequência de um sistema nervoso estruturado, seria um ingrediente para o seu funcionamento. Conclui, o autor, afirmando que a cultura precisou tanto do sistema nervoso como este precisou da cultura para funcionar.

Essa opinião também é compartilhada por Léontiev (1977) que dividiu a evolução humana em fases. Nos primeiros estágios a importância do biológico foi determinante, a fim de dotar o então hominídeo de atributos necessários para a defesa contra animais e condições adversas do meio ambiente. Quando este homem tornou-se capaz de produzir cultura, a sua resposta adaptativa passou a ser mais cultural do que genética. De fato, parece evidente que o homem atual não precisa de modificações biológicas hereditárias para atingir uma civilização cada vez mais elevada.

Outro autor que contribui para esta reflexão é Gehlen (1973) que afirma que no comportamento do homem contemporâneo só é possível encontrar resquícios ou resíduos instintivos. Segundo ele, só na criança e na relação sexual ainda é possível encontrar esses resquícios. Praticamente toda a gama de comportamentos humanos é determinada culturalmente.

Como se vê, a questão natureza/cultura não se mostra mais como uma disputa onde se defende a predominância de uma relação à outra. Não existe homem sem natureza, da mesma forma que não existe homem sem cultura. Podemos afirmar que a natureza do homem é ser um ser cultural. E o cérebro humano é também cultural, já que ele atingiu os últimos estágios de desenvolvimento em função das primeiras aquisições culturais. Geertz (1978) sintetiza a interação natureza/cultura afirmando que "(...) sem os homens não haveria cultura, mas de forma semelhante e muito significativamente, sem cultura não haveria homens" (p.61).

Esta discussão sobre natureza e cultura humanas relaciona-se diretamente com a questão do corpo. Existe um arcabouço biológico semelhante a todos os seres humanos, mas que se expressa e se desenvolve diferentemente dependendo das influências culturais. Léontiev (1977) afirma que assimilar o emprego de um utensílio significa assimilar as operações motrizes encarnadas nesse utensílio. De fato, os movimentos realizados pelo corpo humano são desenvolvidos e determinados em função de uma cultura. Desde que a criança nasce ela é submetida a um conjunto de regras, valores e normas sociais que vão influenciando seu comportamento. O bebê, poucos dias após o nascimento, começa a ter fome em intervalos determinados pela sociedade em que ele vive. A postura que o bebê assume no colo da mãe, e que vai conformando seus ossos, músculos e articulações é social. As vestimentas que recebe, a estimulação que sofre, os reforços para determinados comportamentos e a punição para outros, o tipo de higiene, as cantigas que ouve para dormir, os brinquedos que ganha, tudo é específico de uma determinada cultura. Podemos falar que o corpo do homem é construído culturalmente.

No corpo humano há uma interação dinâmica tal entre o biológico e o cultural que não é possível encontrar o limite claro entre os dois níveis. Uma pessoa sente fome por determinado alimento e não por outro. A sensação de dor pode ser biológica, mas o limite do suportável é variável de cultura para cultura. A capacidade para sentir cheiros é biológica, mas a avaliação entre o agradável e o desagradável é cultural. O choro é uma capacidade biológica, mas os motivos que o determinam podem ser os mesmos que fazem rir numa outra sociedade. Pode-se pensar que a excitação e a relação sexual sejam comportamentos naturais, determinados geneticamente. A excitação sexual em si é natural, mas o que excita numa cultura pode causar repulsa noutra. Sem falar das variedades de posições para o ato sexual.

Em relação à simbiose existente entre natureza e cultura, Hertz (1980) escreveu um artigo onde discute a predominância da utilização da mão direita sobre a esquerda. Ele reconhece que a causa orgânica de maior habilidade da mão direita é o desenvolvimento do hemisfério esquerdo do cérebro, mas acredita que tal explicação não dá conta da preferência quase absoluta pela mão direita. Fatores culturais acentuaram essa pequena diferença orgânica. Hertz cita vários exemplos dessa preferência cultural, ligada à religião, à sexualidade, aos mitos. Um dos exemplos citados pelo autor é a associação que as palavras "direita" e "esquerda" têm, em várias culturas, com valores e expressões consideradas positivas no primeiro caso e negativas no segundo.

Foi Marcel Mauss quem, em 1935, pela primeira vez sistematizou estas idéias sobre o corpo do ponto de vista cultural ao definir as técnicas corporais como as maneiras como os homens, sociedade por sociedade e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos. Segundo ele, o corpo aprende certas técnicas de movimento e é a sociedade específica em que ele vive, em seus diferentes momentos históricos e com sua experiência acumulada, que o ensina (Mauss, 1974).

Segundo Rodrigues (1986), o corpo humano, como qualquer outra realidade do mundo, é socialmente concebido e a análise de sua representação social oferece uma via de acesso à estrutura de uma sociedade particular. Damatta (1987) afirma que existem tantos corpos quanto há sociedades.

Um exemplo do componente cultural presente no corpo humano pode ser esclarecedor. Duas seleções de futebol de dois países, a despeito de jogarem dentro das mesmas técnicas e regras e com treinamento físico e tático semelhantes, podem possuir estilos de jogo diferentes, provenientes de diferentes desenvolvimentos das técnicas corporais.

Parece-nos evidente afirmar que o corpo é determinado culturalmente. Isso quer dizer que cada sociedade determina corpos diferentes, porque são sociedades diferentes (Kofes, 1985). Além da curiosidade em conhecer as diferentes formas do corpo se expressar nas várias culturas, a tarefa mais importante e mais difícil é entender quais as representações sociais impregnadas em determinado gesto motor. Quais os princípios e valores que levam os corpos a se manifestarem de determinada maneira? Quais os determinantes históricos que fazem um gesto se modificar ao longo dos anos? Ou o mesmo gesto adquirir conotação diferente?

Não temos condições de responder com segurança a todas estas questões. O que fica evidente é que o conjunto de posturas e movimentos corporais representa valores e princípios culturais de uma sociedade. Portanto, atuar no corpo implica em atuar na sociedade na qual este corpo está inserido. A Educação Física, como prática institucional que trabalha cotidianamente com o corpo, deve ser pensada neste contexto. E a Educação Física Escolar, que se propõe educar os alunos através dos seus corpos, deve estar atenta para a importância cultural de sua prática. Pretendemos, a seguir, discutir a Educação Física escolar sob a ótica cultural. Uma primeira afirmação que soa como óbvia, depois das considerações feitas, é que a Educação Física escolar deve partir do acervo cultural dos alunos. Porque os movimentos corporais que os alunos possuem extrapolam a influência da escola, são culturais e têm significados. O professor não deve encará-los como movimentos errados, não técnicos e tentar eliminá-los. O professor pode ampliar o acervo motor dos alunos, proporcionando assim uma aquisição cultural maior por parte deles. Um exemplo disso ocorre quando o professor de Educação Física numa escola de periferia tenta ensinar a parada de mãos e desconsidera que os alunos, em grande maioria, sabem "plantar bananeira". Uma técnica não é melhor que outra. Aliás, são muito parecidas. Uma faz parte de um conhecimento sistematizado de uma prática esportiva e outra faz parte de um conhecimento corporal popular.

Este exemplo remete-nos à discussão das práticas esportivas. São práticas determinadas culturalmente, que podem fazer parte de um programa de Educação Física escolar, enriquecendo assim o acervo cultural dos alunos. Porém, as técnicas esportivas não devem casar as técnicas de movimento que os alunos já possuem. Os gestos esportivos não devem se limitar aos movimentos padronizados ensinados pelo professor, mas devem contemplar a experiência dos alunos e incentivar sua criatividade e capacidade de exploração. Normalmente, o professor de Educação Física valoriza os alunos que melhor repetem as técnicas esportivas que ele deseja. Muitas vezes o aluno que tem uma outra experiência de movimento, que poderia ser considerada e valorizada nas aulas de Educação Física, é punido pelo professor e torna-se alvo de chacotas por parte dos colegas. Nossa posição não é contrária à utilização das práticas esportivas nas aulas de Educação Física. Acreditamos somente que os movimentos esportivos não podem se tornar uma camisa-de-força que impeça os alunos de expressarem corporalmente outros movimen-

tos, frutos de histórias de vidas diferentes e de especificidades culturais diferentes.

Dessa forma, trabalhar com uma prática esportiva nas aulas de Educação Física é muito mais do que o ensinamento das regras, técnicas e táticas próprias daquele esporte. É necessário, acima de tudo, contextualizar esta prática na realidade sociocultural onde ela se encontra. Como essa prática esportiva chegou ao nosso país? Quando foi inventada? A que interesses sociais ela responde? Qual a história das suas técnicas? Como podem ser modificadas? Acreditamos que se estes aspectos forem trabalhados com os alunos, será possível ter como meta nas aulas de Educação Física a contínua avaliação e reconstrução das práticas esportivas, ao invés da repetição de movimentos padronizados. Isso vale não só para o esporte mas também para as práticas recreativas e exercícios ginásticos, atividades que fazem parte da rotina dos professores de Educação Física nas escolas.

Acreditamos que um professor de Educação Física atento ao alcance cultural de sua prática tem mais condições de realizar um trabalho competente, pois encontra-se conectado com a realidade sociocultural em que vive. Resta alertar que a função do professor não é apenas considerar os ditames culturais e, a partir daí, orientar sua prática. A prática educacional, o próprio professor e seus alunos são influenciados pela cultura. Mas a cultura é criada, recriada e transformada pelas pessoas nela inseridas. Podemos, portanto, vislumbrar uma prática de Educação Física escolar que leve à transformação da realidade, permitindo ao homem uma evolução em todos os aspectos. Porque o homem, mais do que fruto, é agente da cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETTI, M. A Educação Física na escola brasileira de 1º e 2º graus no período 1930/1986: uma abordagem sociológica. Dissertação de Mestrado, Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo, 1988.
- CASTELANI FILHO, L. *Educação Física no Brasil. A História que não se Conta*. Campinas, Papirus, 1988.
- DAMATTA, R. O Corpo brasileiro. In: STRONZENBERG, I. (org.) *De Corpo e alma*. Rio de Janeiro, Comunicação Contemporânea, 1987.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GEHLEN, A. *Ensayos de antropología filosófica*. Santiago de Chile, Editorial Universitário, 1973.
- HERTZ, R. A Predominância da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. In: *Revista Religião e Sociedade*, vol. 6, 1980, pp. 99-128.
- KOFES, S. E Sobre o corpo — não é o próprio que fala? Ou, o discurso desse corpo sobre o qual se fala? In: BRUHNS, H.T. (org.), *Conversando Sobre o Corpo*. Campinas, Papirus, 1985.
- LÉONTIEV, A. O homem e a cultura. In: ADAM, Y. et col., *Desporto e desenvolvimento humano*. Lisboa, Seara Nova, 1977.
- MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, EPU/EDUSP, vol. 2, 1974.
- RODRIGUES, J. C. *Tabu do corpo*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986.
- SOARES, C. L. O Pensamento médico. Higienista e a Educação Física no Brasil: 1850/1930, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.